METAL

AIMMAP
ASSOCIAÇÃO DOS INDUSTRIAIS METALÚRGICOS, METALOMECÂNICOS E AFINS DE PORTUGAL

VidaEconómica

Boletim Informativo da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica

Nº 12 / Dezembro 2011 / Suplemento do Jornal Vida Económica

Este suplemento não segue, ainda, o novo acordo ortográfico

Destaque

pág. II

EDAETECH, S.A.

Uma das mais notáveis empresas portuguesas

Internacionalização pág. VIII

Exportações do sector metalúrgico e metalomecânico cresceram mais de 20%

Associados pág. II

AIMMAP visitou a CAMPONESA

ADIRA apresentou novo produto a nível mundial

AIMMAP pág. VI

Prémio TecnoMetal 2011 atribuído a José Guedes, da Energest

Editorial

ANÍBAL CAMPOS
Presidente da Direcção da AIMMAP

Continuam a asfixiar o CENFIM

No final de 2010 tive oportunidade, num outro editorial deste jornal, de lamentar o rumo para que o CENFIM estava a ser empurrado pelos anteriores responsáveis do Ministério do Trabalho. Esse foi um exemplo entre muitos outros de intervenções públicas da AIMMAP a propósito do mesmo tema. Em tais intervenções sempre fizemos questão de salientar o trabalho de excelência que o CENFIM desenvolveu ao longo de 25 anos de história ao serviço da economia portuguesa em geral e da indústria metalúrgica e metalomecânica em particular. Todavia não pudemos deixar de chamar a atenção para as distorções que o anterior governo lhe estava a impor.

E a esse respeito fomos enfatizando duas questões que nos pareciam e parecem essenciais.

Por um lado, a inaceitável intrusão do Estado na gestão do CENFIM como se o mesmo fosse um centro de gestão directa e não um centro protocolar com dois associados privados (a AIMMAP e a ANEMM).

Por outro lado, a verdadeira catadupa de cursos de Novas Oportunidades que o CENFIM foi forçado a realizar, em detrimento das acções de formação substantiva de que as empresas precisam e para as quais o mesmo está especialmente vocacionado.

Decorrido o último acto eleitoral, mudaram as forças políticas que compõem o Governo. Logo depois de nomeado, o novo Governo anunciou intenções que não só nos pareceram firmes como davam a nítida impressão de ir no bom caminho.

No que concerne ao Programa Novas Oportunidades, foi anunciado que o Governo o iria moralizar no sentido de acabar com os excessos anteriores. E foi acrescentado que, sem se perder de vista a importância conceptual do Programa, haveria que limitar o número de acções a desenvolver no seu âmbito, de molde a permitir que a formação requerida pelas empresas ganhasse margem de manobra e pudesse igualmente ser desenvolvida de forma fluida.

No que se refere à gestão dos centros, pareceu o novo Governo tencionar ir ainda mais longe. Nesse sentido, inscreveu no próprio Programa de Governo que a gestão da formação deveria passar a ser confiada às empresas e associações.

Quanto a essa questão, é óbvio que pressuporia a mesma que se gizasse previamente um novo modelo de financiamento da formação profissional em geral e dos centros de formação em particular. O que não seria muito difícil, até porque, conforme é sabido, a comparticipação nacional dos custos de formação emerge já hoje na sua quase totalidade das contribuições dos empregadores para a segurança social.

Independentemente disso, não resultam dúvidas de que o anúncio daquela medida do Programa de Governo significava de forma muito clara que o Governo português tencionava deixar de interferir na gestão dos centros de formação protocolar e do CENFIM em especial. Até porque, caso contrário, seria altamente incoerente com os princípios que afirmava preconizar.

A AIMMAP chegou a manifestar publicamente o seu entusiasmo relativamente às aparentes orientações do novo Governo nesta matéria.

E mesmo quando verificou que a mudança de paradigma face ao anterior Governo tardava em concretizar-se, não deixou de conceder o benefício da dúvida.

Ora, desconhecemos o que se verifica noutros centros protocolares. Mas no que concerne especificamente ao CENFIM, é este o momento para confessar que nos sentimos absolutamente defraudados com o mais absoluto incumprimento das promessas e anúncios do Governo.

Com efeito, o Estado português continua a intrometer-se abusivamente na gestão do CENFIM, chegando ao cúmulo de a pretender sujeitar a orientações unilaterais decorrentes de circulares de diferentes ministérios.

Para além disso, as Novas Oportunidades continuam a colonizar o CENFIM, gerando um enorme desperdício de recursos humanos, instalações e mesmo equipamentos que custaram muitos milhares de euros e se encontram parados.

Pelo que é evidente que tudo continua igual ou talvez até pior do que há um ano atrás.

Urge, pois, alertar o Governo para o mau caminho que aparenta trilhar.

De lhe dizer que as empresas precisam de trabalhadores qualificados. Que as Novas Oportunidades, não obstante as virtualidades que têm, não substituem, nem de perto nem de longe, a necessidade de desenvolver acções de formação substantiva e de utilidade para as empresas. Que o Estado já deu mostras de não saber gerir a formação de que as empresas e os trabalhadores precisam. Que a gestão da formação deve incumbir em primeira instância às empresas e suas associações. E que já basta de desperdiçar tanto dinheiro em suposta formação sem que a economia retire daí ganhos visíveis.

Não resisto assim a revisitar a parte final do editorial de 2010 a que fiz referência no início deste texto, relembrando uma evidência que é permanentemente valorizada nos discursos mas sempre desprezada nos actos: a economia portuguesa carece de trabalhadores qualificados e de empresas competitivas.

Pelo que é tempo de deixar o CENFIM trabalhar em paz para que o mesmo possa continuar a contribuir para a prossecução desses dois objectivos fundamentais. Tal como concluí naquele outro editorial, foi para isso que o criámos e é essa a sua única missão.

Este suplemento não segue, ainda, o novo acordo ortográfico

Associados

AIMMAP foi acolhida na CAMPONESA

No passado dia 20 de Dezembro a AIMMAP deslocou-se às instalações da CAMPONESA, onde teve oportunidade de reunir com o Director da empresa João Paulo Lopes e ainda de efectuar uma visita à fábrica.

A delegação da AIMMAP foi constituída pelo Vice-Presidente Executivo, Rafael Campos Pereira, e pela Directora-Geral, Mafalda Gramaxo, tendo podido testemunhar o esforço que está a ser desenvolvido pela CAMPONESA no sentido de ultrapassar o momento difícil que atravessam necessariamente todas as empresas que trabalham para a indústria da construção civil.

Associada desde há muitos anos da AIMMAP, a CAMPONESA está localizada em Vila Nova de Famalicão, no distrito de Braga. Constituída em 1933, a CAMPONESA tem um evidente lastro de prestígio e notoriedade, resultante de décadas de trabalho caracterizado essencialmente por uma grande proximidade com os respectivos clientes.

Nos últimos anos esta empresa associada da AIMMAP tem procurado concentrar a sua actividade na produção de equipamentos para a indústria de construção civil. Produz pequenas séries e muito particularmente soluções customizadas destinadas a fazer face às necessidades específicas dos seus clientes.

Actualmente, a CAMPONESA tem ao seu serviço cerca de 20 trabalhadores e perspectiva atingir em 2011 um volume de negócios de aproximadamente um milhão de euros, dos quais bem mais de 50% se destinam aos mercados de exportação.

Deve sublinhar-se que a facturação anual da empresa era bastante superior num passado recente, pagando agora o preço resultante da crise da construção civil em Portugal e também em Espanha, aquele que é o seu mais importante mercado tradicional.

Não obstante, pode atestar-se que a CAMPONESA não se rende às dificuldades e consegue manter uma evidente solidez, apesar de todas as dificuldades com que se defronta.

Essa capacidade de resistência da CAMPONESA resulta essencialmente de dois factores. Em primeiro lugar, da circunstância de ter sabido reestruturar-se internamente no momento certo, tendo emagrecido quando o deveria ter feito e possuindo actualmente uma estrutura muito mais ligeira. Em segundo lugar – e mais importante ainda –, do facto de saber muito bem o que quer do mercado, continuando a consolidar a sua estratégia assente num modelo de negócio em que o serviço e a proximidade ao cliente são a matriz essencial.

Uma outra característica importante da CAMPONESA é precisamente a sua apetência pela cooperação, o que lhe permite naturalmente potenciar sinergias com outras empresas e também com entidades do sistema científico e tecnológico nacional. Nesse âmbito, destaca-se igualmente o envolvimento da empresa nas iniciativas desenvolvidas pela AIMMAP, o que lhe tem permitido integrar projectos conjuntos para as empresas do sector com evidentes mais valias para todos.

Vocacionada igualmente para a internacionalização, a CAMPONESA está actualmente fortemente empenhada em procurar mercados alternativos que venham a ser susceptíveis de compensar as quebras nos mercados português e espanhol.

Com um espírito ambicioso e capacidade de iniciativa, a CAMPONESA tem todas as condições para continuar a resistir à crise e até mesmo para retomar o crescimento. Aliás, deve enfatizar-se que, mesmo neste contexto difícil, a CAMPONESA continua a ser uma empresa altamente exportadora, contribuindo pois com a sua quota parte na prossecução do principal desígnio actual da economia portuguesa.

Naturalmente, a AIMMAP faz votos para que a empresa possa vir a concretizar os seus objectivos de crescimento, aproveitando ainda esta oportunidade para agradecer à CAMPONESA o magnífico acolhimento de que foi objecto por parte do seu Director João Paulo Lopes.

ADIRA apresentou novo produto a nível mundial e foi premiada em Paris

A ADIRA, S.A., associada fundadora da AIMMAP e empresa de referência em Portugal no subsector dos fabricantes de máquinas-ferramenta procedeu com um enorme êxito à apresentação mundial da sua nova quinadora "Greenbender".

A apresentação desta nova máquina foi efectuada na feira Tool Expo, realizada em Paris no passado mês de Novembro, em simultâneo com a edição do MIDEST 2011 - ao qual foi feita referência na edição anterior do Metal.

No âmbito da feira em causa e com referência à máquina apresentada, a ADIRA foi premiada pelo projecto da referida máquina, o qual fora concebido com o apoio de instituições de grande prestígio como a PRODUTECH e o INEGI.

Este prémio traduz o reconhecimento da capacidade tecnológica da ADIRA bem como da capacidade de trazer para o mercado produtos inovadores capazes de superar as expectativas dos seus clientes.

Esta nova máquina incorpora um novo conceito de quinagem, o qual promete revolucionar a tecnologia de quinagem tal como hoje é conhecida, e que resulta de um aprofundado estudo e levantamento de necessidades efectuada junto dos utilizadores, os quais pediram:

- Maior precisão, a fim de responder à muito maior complexidade das peças a fabricar actualmente;
- Maior produtividade;
- Muito maior simplicidade de operação;
- Menor consumo (-65%) e manutenção;
- Responder aos requisitos legais futuros de protecção do meio ambiente.

A Greenbender excede as expectativas nos âmbitos acima referidos, através de novos e únicos desenvolvimentos tecnológicos, que foram reconhecidos pelos utilizadores e pela concorrência do sector.

A ADIRA confirma assim de novo a sua presença na liderança tecnológica mundial do sector, com o apoio das Universidades e Institutos com quem trabalha em tais desenvolvimentos.

Este novo conceito para satisfazer as necessidades dos clientes, é um verdadeiro desafio para as grandes empresas do sector.

Naturalmente, a AIMMAP saúda com o maior entusiasmo este excelente desempenho da sua associada ADIRA.

Este suplemento não segue, ainda, o novo acordo ortográfico

Associados

EDAETECH – Engenharia e Tecnologia, S.A. é já uma das mais notáveis empresas portuguesas

A AIMMAP, representada por Rafael Campos Pereira e Mafalda Gramaxo, visitou no passado dia 19 de Dezembro a empresa associada EDAETECH - Engenharia e Tecnologia, S.A., onde foi cordialmente recebida por Ventura Belinho, administrador, e Rui Viana, da Direcção Administrativa e Financeira.

Fundada em 2002, com sede em Fão, concelho de Esposende, e desde o início apostada na internacionalização, a EDAETECH é uma empresa de capital exclusivamente nacional, apresentando-se na vanguarda da investigação, desenvolvimento, concepção e manufactura de protótipos de peças metálicas para a indústria automóvel e aeronáutica. Integra nos seus quadros uma equipa jovem e dinâmica, de cerca de 60 colaboradores. O know-how da sua equipa, aliado à alta tecnologia instalada, permite à empresa dar uma resposta pronta e eficiente às solicitações de mercado.

Um sinal inequívoco do sucesso da internacionalização da Edaetech reflecte-se na percentagem crescente nas exportações, as quais passaram de 40%, em 2008, para cerca de 55% em 2010. Estima-se que atinjam os 60% no presente ano, num volume de negócios que rondará os € 3 000 000,00. É esta tendência de crescimento que a EDAETECH pretende manter, até porque uma das suas orientações estratégicas passa por um cada vez maior envolvimento com os centros de desenvolvimento nos principais mercados europeus.

Esta diferenciação sectorial da empresa residiu num posicionamento como entidade especializada na realização de protótipos, com maior qualidade, rigor, fiabilidade e redução de custos nas empresas que necessitem desses serviços.

A modernização tecnológica resultou, essencialmente, da utilização da tecnologia a "laser" para assegurar o processo produtivo, nos sistemas de CAD, e na maquinagem de 5 eixos de alta velocidade.

A utilização da tecnologia "laser" tridimensional permite à empresa garantir uma qualidade superior no corte da chapa, elevada velocidade, máxima precisão e processamento de peças com geometria complexa, possibilitando também o corte e soldadura de peças após processos de estampagem e quinagem. Por outro lado, o corte a "laser" com a precisão dimensional permite rapidez na execução, assim como um excelente resultado de corte, fazendo com que esta tecnologia seja cada vez mais reconhecida mundialmente.

A maquinagem de alta velocidade de 3 e 5 eixos é um dos pontos fortes da EDAETECH. Esta tecnologia está principalmente vocacionada para a produção de pequenas séries, em diversos materiais (aço temperado, alumínio, inox e titânio), principalmente para a Indústria Automóvel e Aeronáutica.

A partir de desenhos 2D/3D ou de uma ideia apresentada pelo cliente para a produção de peças ou conjunto de metal, a EDAETECH desenvolve as ferramentas protótipo em ambiente 3D, executa as ferramentas e emite o relatório dimensional com informação dos pontos críticos. Paralelamente, a EDAETECH apresenta prazos de execução curtos (geralmente 3 a 4 semanas, dependendo da complexidade das peças), o que permite responder com competitividade às solicitações do mercado actual.

Com vista a garantir a qualidade dos serviços prestados, a empresa implementou, também, um sistema de gestão de qualidade, ao abrigo da norma ISO 9001:2008.

Também é importante referir a participação da EDAETECH no projecto Flexform, no qual a empresa assumiu a responsabilidade de liderança do WP3 "Processo de implementação e fabrico de peças de amostra".

O projecto Flexform consubstancia-se num consórcio criado com o objectivo de potenciar as competências e a experiência de 19 entidades no âmbito da deformação incremental e aplicação à fabricação de peças de chapa especialmente nos casos que vão desde a peça única ou protótipo até pequenas séries, para o sector dos veículos especiais. O consórcio foi coordenado pela ASERM e contou com a colaboração de PME, associações e entidades do sistema científico-tecnológico, especializadas nas áreas de desenvolvimento de veículos especiais, tecnologias relacionadas com a transformação metálica, software CAE e prototipagem.

Salienta-se também o facto de a EDAETECH ter apresentado uma candidatura ao QREN, no âmbito do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento, com aprovação em Maio de 2009 e cujo investimento total rondará os € 900.000,00.

Este projecto visa o desenvolvimento pioneiro de um equipamento de corte "laser" 3D assistido por um sistema integrado de visão artificial e utilizando tecnologia de fibra óptica, com vista a alcançar um processo produtivo mais preciso, eficiente e flexível que contribua para a redução do número de peças não conformes – uma situação crítica sobretudo em peças de alto valor acrescentado.

No âmbito da sua expansão de negócio, a EDAETECH projecta para o próximo ano e seguintes uma mais intensa penetração no mercado aeronáutico. Para tal efeito, não só visará aproveitar o potencial de envolvimento no projecto de instalação da unidade da EMBRAER em Portugal, como, por outro lado, tentará proceder à angariação de clientes no exterior do país.

No decurso da visita efectuada pelos representantes da AIMMAP, tiveram estes a oportunidade de presenciar "in loco" as magníficas instalações da EDAETECH, bem como as excelentes condições de trabalho que a mesma proporciona aos seus colaboradores.

São, aliás, tais condições verdadeiramente coerentes com a excelência e a diferenciação da EDAETECH aos mais diversos níveis. E, efectivamente, pode sublinhar-se que a EDAETECH, em apenas 10 anos de actividade, tem vindo a guindar-se a um lugar de verdadeiro destaque no panorama industrial português, sendo actualmente um magnífico exemplo da excelência do sector metalúrgico e metalomecânico nacional.

Naturalmente, o relevo atingido pela empresa não é fruto do acaso, sendo sim consequência directa da concretização de estratégias muito bem delineadas. Uma empresa que aposta na qualidade e no rigor, na inovação e na investigação e desenvolvimento e ainda na fiabilidade e na diferenciação – como tem sido sempre o caso da EDAETECH –, terá seguramente mais condições pata ter sucesso. Particularmente se, como tem sido também o exemplo da EDAETECH, apostar com força na internacionalização e promover genuinamente a cooperação.

A AIMMAP saúda, pois, a sua associada EDAETECH com o maior entusiasmo, endereçando-lhe felicitações pelo sucesso alcançando e manifestando-lhe o reconhecimento pela forma com que tem ajudado a prestigiar o sector metalúrgico e metalomecânico.

Informação sobre associados

Mudança de instalações da empresa Orlando & Araújos, S.A.

A Orlando & Araújos, S.A., empresa associada da AIMMAP, mudou recentemente as suas instalações para a seguinte morada:
Rua da Primavera, S/N, Apartado 1528, EC Baguim do Monte, 4436-906 Baguim do Monte
Os restantes elementos de contacto da empresa são os seguintes:
Telefone: 229 757 021
Fax: 229 757 071
Email: orlando.araujos@clix.pt

Alteração da morada da DURITCAST, S.A.

A empresa associada DURITCAST, S.A., pertencente ao grupo DURIT, alterou a sua morada para:
Rua Vale do Salgueiró
Raso do Salgueiró
ZI EN 1 Norte
3750-753 Travassô – Águeda
Os restantes elementos de identificação e contacto não sofreram modificação.

Este suplemento não segue, ainda, o novo acordo ortográfico

AIMMAP

Conferência de Carlos Costa na AIMMAP

O Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, foi o orador convidado da mais recente conferência organizada pela AIMMAP no âmbito do ciclo "Compreender a crise, encontrar soluções".

Esta nova conferência foi realizada na sede da AIMMAP, no passado dia 23 de Novembro, e seguiu-se a várias outras realizadas no mesmo âmbito e em que tinham intervindo personalidades de referência da sociedade portuguesa, como Joaquim Aguiar, Augusto Mateus, Luís Mira Amaral, Rui Moreira e António Nogueira Leite.

Carlos Costa foi ouvido atentamente por cerca de 80 representantes de associados da AIMMAP, os quais encheram a Sala Jorge Macedo Casais. Conforme sucedeu nos eventos anteriores integrados no mesmo Ciclo de Conferências, esta nova sessão foi uma excelente oportunidade para os associados da AIMMAP poderem compreender melhor a situação de crise em que vivem actualmente. Mas acresce ainda que Carlos Costa teve igualmente a lucidez de deixar uma mensagem de esperança a todos aqueles que se disponibilizaram para o ouvir.

A sessão iniciou-se com uma curta intervenção de Aníbal Campos, Presidente da Direcção da AIMMAP, o qual agradeceu a presença de Carlos Costa na sede da AIMMAP e fez questão de sublinhar a qualidade das intervenções públicas do orador convidado.

Efectivamente, fazendo jus à introdução de Aníbal Campos, Carlos Costa presenteou a audiência com uma magnífica e muito didáctica apresentação.

Nesse contexto começou por sublinhar que o actual momento difícil que a economia portuguesa atravessa é consequência de duas crises simultâneas que se sobrepõem. Uma crise especificamente portuguesa e uma crise internacional que afecta essencialmente as economias ocidentais. Utilizando uma imagem sugestiva e esclarecedora, comparou a crise portuguesa a uma infecção já há algum tempo instalada que se tornou visível em 2007 com uma constipação – esta consubstanciada pela crise internacional.

No que concerne à crise portuguesa, Carlos Costa relembrou que a mesma se agravou especialmente já neste século XXI, no qual a dívida pública mais do que duplicou. A integração do nosso país na zona Euro criou a ilusão a Portugal de estar mais próximo dos níveis da Alemanha do que na realidade alguma vez efectivamente esteve. Os baixos spreads a que os agentes económicos portugueses passaram a ter acesso – muito semelhantes aos de países como a Alemanha –, tornaram o dinheiro muito barato. Pelo que tanto as famílias como as empresas aumentaram o endividamento ao mesmo tempo que reduziram os níveis de poupança do país.

Sucede que o Estado, ao invés de ser um facto de estabilização, comportou-se ainda pior que os agentes económicos. E, nesse sentido, aproveitou também o dinheiro aparentemente barato para aumentar significativamente a despesa pública. Naturalmente, daí decorreu um brutal aumento do endividamento do Estado – contraído essencialmente no exterior –, associado a um agravamento substancial do défice orçamental.

Segundo referiu Carlos Costa, este tipo de evolução da economia nacional e das políticas públicas despesistas levadas a efeito por sucessivos governos conduziria sempre o país a uma situação de enorme dificuldade. Mais tarde ou mais cedo, o país entraria numa grave crise, pois estava a gastar muito mais do que produzia.

Sucede que a crise internacional acabou por antecipar a visibilidade do problema. Quando, a partir de 2007, a Europa entrou também ela numa crise de natureza financeira, os problemas estruturais da economia portuguesa tornaram-se especialmente prementes.

Carlos Costa teve a esse respeito oportunidade de sublinhar que as próprias soluções encontradas para fazer face às duas anteriores crises financeiras atravessadas pelo nosso país – em 1978 e em 1983/84 –, nunca chegaram a atingir a raiz dos problemas. Nessa altura Portugal tinha moeda própria, pelo que foi capaz de contornar as dificuldades com recurso a políticas cambiais de desvalorização do escudo. Mas uma grande parte dos problemas manteve-se sem solução.

Desta vez não houve, porém, hipótese de utilizar as mesmas armas a que os governos do passado recorreram. Pelo que não havia alternativa ao pedido de ajuda internacional, sob pena de, caso contrário, Portugal entrar em "default".

Actualmente, segundo defendeu Carlos Costa, Portugal tem obrigação de procurar cumprir os compromissos a que se obrigou e que de algum modo lhe foram impostos pela "troika". E só depois de efectivamente demonstrada a sua capacidade de corresponder àquilo que lhe é exigido pelos credores internacionais terá o nosso país margem de manobra para negociar o que quer que seja.

Na fase seguinte da sua intervenção, Carlos Costa analisou os desafios que agora se colocam à economia portuguesa para que seja possível consolidar a sua recuperação.

Nesse âmbito, elencou aquelas que lhe parecem ser as principais pechas e debilidades da nossa economia.

Em primeiro lugar, referiu as dificuldades de crescimento das empresas familiares, sobre as quais assenta uma parte significativa do sistema produtivo nacional. Conforme sublinhou, a capacidade de crescimento de empresas familiares nacionais é, em média, bastante inferior à que é revelada pelas congéneres europeias.

Fez menção igualmente ao papel pernicioso desenvolvido por um conjunto de empresas produtoras de bens e serviços não transaccionáveis, alicerçadas muitas vezes em situações de monopólios naturais ou quase monopólios e que beneficiam de verdadeiras rendas perpétuas que o conjunto da economia é obrigado a sustentar.

Lamentou igualmente a falta de aposta do país numa administração pública de qualidade, Segundo referiu, é fundamental que o país se dote de altos funcionários públicos de grande qualidade, o que tarda em acontecer. É preciso que o país tenha quadros superiores na administração que ajudem ao crescimento da economia e que sejam menos vulneráveis aos interesses mais poderosos. Isso só poderá acontecer se aqueles forem efectivamente protegidos por uma estrutura que lhes dê liberdade e autonomia.

A legislação laboral é também uma área que carece de reforma em Portugal. Nesse sentido, é necessário atrair para o mercado de trabalho todos aqueles que actualmente estão no mercado informal em regime de recibos verdes ou similares. Tal como foi feito nos países do Norte da Europa, é preciso reestruturar o mercado de trabalho com a entrada de novos profissionais que estejam disponíveis para uma maior flexibilidade a troco de uma maior segurança do que aquela de que beneficiam actualmente.

A necessidade de aposta na qualificação e formação dos trabalhadores é também uma aposta que, no entendimento de Carlos Costa, as empresas nacionais deverão continuar a privilegiar de forma crescente e consolidada. Nesse âmbito, deverá caber um papel fundamental às associações empresariais.

De igual modo, também a inovação empresarial é uma matéria em que as empresas portuguesas devem investir cada vez mais e também aí com um papel essencial a ser desempenhado pelas associações empresariais.

Independentemente do exposto, Carlos Costa deixou claro que o caminho da recuperação apenas será possível com uma boa performance por parte das empresas produtoras de bens e serviços transaccionáveis e principalmente aquelas que mais exportam.

Naturalmente, o desempenho de tais empresas está extremamente condicionado pelas dificuldades que as mesmas sentem no acesso ao financiamento bancário. Para muitas dessas empresas – actualmente com grandes dificuldades de liquidez –, é premente que encontrem soluções de financiamento.

Ora, foi precisamente nesse contexto que Carlos Costa, respondendo a uma questão formulada pelo Vice-Presidente da Direcção da AIMMAP, Fernando Sousa, abriu um pequeno sinal de esperança.

Nesse sentido, referiu que as empresas exportadoras serão crescentemente apetecíveis para a banca. Para além disso, explicou que, com as amortizações dos empréstimos anteriormente contraídos pelas famílias – nomeadamente no segmento do crédito imobiliários –, e também pelo Estado e pelo sector empresarial público, haverá uma maior margem da banca para concessão de crédito à actividade empresarial. Pelo que, embora talvez ainda não no imediato, é provável que a situação venha a melhorar um pouco relativamente ao panorama altamente difícil em que actualmente se vive.

A Direcção da AIMMAP está profundamente grata a Carlos Costa, o qual teve oportunidade de proferir uma das melhores conferências a que alguma vez os associados da AIMMAP tiveram acesso.

Este suplemento não segue, ainda, o novo acordo ortográfico

Reuniões da Direcção da AIMMAP

Novembro

Realizou-se no dia 23 de Novembro uma nova reunião da Direcção da AIMMAP, na qual estiveram presentes o Presidente da Direcção Aníbal Campos, os Vice-Presidentes Rui Ferreira Marques, Susana Pombo, Cristina Bóia, Manuel Braga Lino, Vítor Neves, José Avelino Marques, Manuel Pedro Quintas, Fernando Sousa e António Xará, e ainda o Vice-Presidente Executivo Rafael Campos Pereira e a Directora-Geral Mafalda Gramaxo.

A Direcção fez um balanço da recente participação portuguesa na edição de 2011 do MIDEST, a principal montra da subcontratação industrial em todo o mundo. Como já foi oportunamente noticiado, a presença portuguesa em tal certame revelou-se um enorme sucesso, sendo apenas de lamentar, segundo a Direcção da AIMMAP, o facto de o Governo português ter primado pela ausência, apesar de convite formulado pelas associações ao Ministro da Economia para estar presente. O Presidente da Direcção fez, contudo, questão de sublinhar com grande apreço o apoio e estímulo concedido pelo Embaixador português em França, Seixas da Costa, à delegação portuguesa no MIDEST, constituída por 43 empresas e 5 entidades de apoio associativo.

Foi efectuado igualmente um balanço à realização, poucos dias antes, do Congresso das Empresas e da Actividade Económica, organizado pela CIP. A AIMMAP estivera presente no Congresso através de uma importante delegação liderada pelo Presidente da Direcção. Foi sublinhado pela Direcção o facto de o evento ter redundado num importante sucesso.

Num outro contexto, a Direcção deliberou proceder à outorga de um protocolo com a empresa "Eurofactoring" para apoio às empresas associadas nessa área do factoring. Essa iniciativa da AIMMAP insere-se na estratégia desenvolvida pela Direcção no sentido de encontrar soluções alternativas para as empresas associadas no acesso ao financiamento.

Foi também decidido fazer diligências no sentido de vir a outorgar protocolos de cooperação com empresas transitárias e de transportes para acesso dos associados da AIMMAP a tais tipos de serviços em condições preferenciais.

Num plano diferente, a Direcção abordou novamente o projecto de constituição de uma sociedade comercial no Brasil, para apoio às empresas associadas que venham a aderir ao projecto e que pretendam desenvolver negócios naquele tão importante mercado.

Foi referido o facto de haver já empresas interessadas em participar no projecto, ficando o Vice-Presidente Executivo de continuar a encetar contactos com organismos públicos para apoio ao projecto e com eventuais parceiros institucionais.

A Direcção da AIMMAP reiterou a sua grande convicção no sucesso deste projecto, o qual pode contribuir verdadeiramente para abrir janelas de oportunidades às empresas participantes.

Seguidamente, foi analisada com algum detalhe a situação actual do CENFIM. Nesse âmbito, a Direcção da AIMMAP manifestou a sua grande preocupação pela crescente intromissão do Estado e do IEFP na actividade corrente dos centros protocolares em geral e do CENFIM em particular. Para além de grave, essa intrusão pública gera uma enorme perplexidade, porquanto colide frontalmente com as linhas enunciadas no programa do actual governo – o qual anunciara tencionar prosseguir o caminho exactamente contrário.

Ainda a propósito da actividade do CENFIM, a Direcção reiterou a sua preocupação pelo facto de aquele centro protocolar continuar a estar refém do Programa "Novas Oportunidades", o que gera um inaceitável desperdício de recursos e acaba por perverter aquela que é a sua verdadeira essência enquanto entidade formadora de excelência para o principal sector da indústria transformadora portuguesa.

Foi também efectuado um reporte das actividades desenvolvidas por outras entidades participadas pela AIMMAP, tais como a CIP, o CATIM, a CERTIF, o INEGI e a PRODUTECH.

Num plano totalmente diferente, foi deliberado que, a partir de 1 de Janeiro de 2012, a AIMMAP passaria a adoptar o novo acordo ortográfico em todas as suas publicações e actividades.

Por último, retomando uma discussão já iniciada na reunião anterior, a Direcção reflectiu a propósito do futuro da contratação colectiva no sector.

Dezembro

Teve lugar no passado dia 21 de Dezembro a última reunião de 2011 da Direcção da AIMMAP, tendo marcado presença o Presidente da Direcção Aníbal Campos, os Vice-Presidentes Rui Ferreira Marques, Susana Pombo, Manuel Braga Lino, Vítor Neves, Elísio de Azevedo, José Avelino Marques, Manuel Pedro Quintas, Fernando Sousa e António Xará, e ainda o Vice-Presidente Executivo Rafael Campos Pereira e a Directora-Geral Mafalda Gramaxo.

Uma vez mais a Direcção manifestou a sua perplexidade face ao rumo verdadeiramente errático do Ministério da Economia na gestão do processo de alteração à legislação laboral. A sucessão de anúncios de intenções e objectivos – quase todos sem concretização prática –, é para a Direcção da AIMMAP, totalmente incompreensível. Não só prejudica a economia como inclusivamente será a muito curto prazo extremamente prejudicial ao próprio governo.

No que concerne ao ambiente empresarial e de negócios no sector metalúrgico e metalomecânico, foi sublinhado o facto de no momento presente a performance da maioria das empresas continuar a ser positiva. Foi todavia reiterado o alerta para a circunstância de não ser possível fazer perspectivas de futuro com um mínimo de certeza. Na perspectiva da Direcção da AIMMAP, há uma grande indefinição na economia, sendo tal situação agravada pelo facto de o Governo português continuar ausente no que concerne às áreas da economia.

Num outro contexto, a Direcção manifestou a sua enorme preocupação pelos aumentos previstos do custo da energia eléctrica em Portugal, os quais poderão atingir os 25%. A Direcção da AIMMAP decidiu tomar uma posição sobre essa matéria. Para além disso, foi reforçada a convicção de ser necessário renovar os acordos da AIMMAP com empresas fornecedoras de electricidade para compra de energia em grupo.

Num plano diferente, foi feito um ponto de situação sobre o projecto de constituição de uma sociedade comercial no Brasil, o qual continua a avançar de forma muito positiva.

Conforme é habitual foi efectuado um reporte das actividades desenvolvidas por outras entidades participadas pela AIMMAP, tais como a CIP, o CATIM, o CENFIM, a CERTIF, o INEGI e a PRODUTECH.

E foi também feita una análise às contas da AIMMAP, saudando-se o facto de se prever para 2011 um resultado confortavelmente positivo.

AIMMAP

Assembleia Geral da AIMMAP aprovou plano de actividades e orçamento para 2012

Teve lugar no dia 21 de Dezembro mais uma reunião da Assembleia Geral da AIMMAP.

A ordem de trabalhos da reunião foi a seguinte: 1 – Discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2012; 2 – Tabela de quotizações para o ano de 2012 e 3 – Outros assuntos

A sessão foi presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Manuel Fernandes, tendo estado igualmente presente o Vice-Presidente António Cardoso Pinto. Secretariou a reunião, por deliberação nesse sentido dos sócios presentes, a Directora-Geral Mafalda Gramaxo.

Iniciados os trabalhos, entrando-se no primeiro ponto da ordem de trabalhos, foi efectuada uma intervenção de enquadramento e explicação do Plano de Actividades e do Orçamento, por parte do Presidente da Direcção, Aníbal Campos.

O Presidente da AIMMAP começou por fazer um breve retrato da difícil situação económica da Europa em geral e de Portugal muito em particular. Referiu todavia que, apesar de a crise ser evidente em toda a economia portuguesa e mesmo europeia, a performance do sector metalúrgico e metalomecânico continua a ser positiva. Tal, circunstância acaba, em seu entendimento, por facilitar de algum modo o trabalho da Direcção da AIMMAP.

Como principais preocupações para o sector em 2012, Aníbal Campos identificou as dificuldades no acesso ao financiamento bancário e o aumento do custo da energia eléctrica. Referiu que a AIMMAP, directamente ou através da CIP, iria continuar a tomar iniciativas no sentido de defender os interesses das empresas associadas, nesses e em vários outros dossiers.

Por outro lado, o Presidente da Direcção elencou algumas iniciativas que a AIMMAP irá desenvolver em 2012, tendo destacado muito particularmente o projecto de constituição de uma sociedade no Brasil para apoio aos associados naquele mercado.

No que se refere especificamente à proposta de Orçamento, o Presidente da Direcção esclareceu que a mesma é muito semelhante em termos qualitativos e quantitativos ao Orçamento cumprido em 2011, aproveitando ainda a oportunidade para referir a esse propósito que se prevê que o exercício agora a findar irá ter um resultado positivo e ajustado àquilo que deve suceder numa entidade como a AIMMAP. Seguidamente, o Programa de Actividades e o Orçamento foram sucessivamente colocados à discussão e à votação dos associados, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

No segundo ponto da ordem de trabalhos, foi apresentada à assembleia a tabela de quotizações para 2012. Nesse âmbito, Aníbal Campos explicou que a Direcção decidira apresentar uma proposta nos termos da qual se mantinham inalterados os valores das quotas e jóias. Esclareceu que, não obstante a Direcção tenha total consciência de que os valores das quotas são baixos para a qualidade e quantidade de serviço que a AIMMAP presta aos associados, não faria sentido que tais valores fossem aumentados na conjuntura actual, que é sem dúvida muito difícil. Submetida à votação, foi a referida proposta aprovada por unanimidade.

Como principais preocupações para o sector em 2012, Aníbal Campos identificou as dificuldades no acesso ao financiamento bancário e o aumento do custo da energia eléctrica.

Finalmente, entrou-se no terceiro e último ponto da ordem de trabalhos, havendo a destacar intervenções dos representantes das empresas associadas Georgina Neto dos Santos, SETDI, ADIRA e TEGOPI.

Este suplemento não segue, ainda, o novo acordo ortográfico

AIMMAP

Prémio TecnoMetal 2011 atribuído a José Guedes, da Energest

Pelo terceiro ano consecutivo a AIMMAP atribui o prémio TecnoMetal ao melhor artigo, publicado na revista com o mesmo nome, enquadrado na temática anual seleccionada.

Para esta edição do prémio a temática escolhida foi "Energia", tendo o júri seleccionado para a atribuição do prémio o artigo "Recuperação de energia em efluentes gasosos", publicado na edição nº 181 da revista. O trabalho premiado foi da autoria de José Guedes, director-geral da ENERGEST, curiosamente uma empresa associada da AIMMAP.

O Júri, nomeado de acordo com o regulamento, foi constituído por Rafael Campos Pereira, Vice-Presidente Executivo da AIMMAP e também Director Executivo da TecnoMetal, Hermenegildo Pereira, Director Técnico-Científico da revista, Abel Santos, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e membro do Conselho Técnico-Científico da revista, Álvaro Rodrigues, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, e Carlos Silva, do Departamento Técnico da AIMMAP.

Recorda-se que o Prémio TecnoMetal é uma iniciativa que teve a sua primeira edição em 2009, aquando da comemoração do trigésimo aniversário desta revista, publicação da autoria e propriedade da AIMMAP, que é a mais importante referência e líder de audiências no seu segmento editorial.

A cerimónia de entrega do prémio teve lugar no passado dia 21 de Dezembro, na Sala Jorge Macedo Casais, no Edifício AIMMAP, tendo sido presidida por Aníbal Campos, Presidente da Direcção desta associação.

Calendário Fiscal

JANEIRO 2012

IRC – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS
Entrega, até ao dia 20 de Janeiro de 2012, nos cofres do Estado das importâncias retidas no mês de Dezembro de 2011 a título de imposto.

IRS – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES
Entrega, até ao dia 20 de Janeiro de 2012, nos cofres do Estado das importâncias retidas no mês de Dezembro de 2011 a título de imposto.

Entrega, até ao dia 20 de Janeiro de 2012, pelos devedores de rendimentos obtidos à retenção total ou parcial do importo, aos sujeitos passivos, de documento comprovativo das importâncias pagas no ano anterior, do importo retido na fonte e das deduções a que eventualmente tenha havido lugar.

IVA – IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO
Contribuintes do Regime Normal de Obrigação Periódica Mensal – Envio até ao dia 10 de Janeiro de 2012, da declaração periódica com referência ao mês de Novembro de 2011, bem como dos anexos nela referidos. Pagamento até à referida data do imposto apurado.

Entrega, até ao dia 20 de Janeiro de 2012, da Declaração Recapitulativa por transmissão electrónica de dados, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que tenham efectuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços noutros Estados Membros, no mês anterior, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do artº 6º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 100.000.

Entrega, até ao dia 20 de Janeiro de 2012, da Declaração Recapitulativa por transmissão electrónica de dados, pelos sujeitos passivos do regime normal trimestral que tenham efectuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços noutros Estados Membros, no trimestre anterior, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do artº6º do CIVA, e o montante das transmissões intracomunitárias a incluir não tenha excedido o montante de € 100.000 no trimestre em curso ou em qualquer um dos 4 trimestres anteriores.

Entrega até ao dia 31 de Janeiro de 2012, da declaração de alterações pelos sujeitos passivos que, estando no regime de isenção do Artigo 53º do Código do IVA, tenham no ano anterior ultrapassado os limites nele estabelecidos.

Entrega, até ao dia 31 de Janeiro de 2012, da declaração de alterações pelos sujeitos passivos que, estando no regime de pequenos retalhistas do Artigo 60º do Código do IVA, tenham no ano anterior ultrapassado os volumes de compras nele estabelecidos.

Entrega, até ao dia 31 de Janeiro de 2012, por transmissão electrónica de dados, do pedido de restituição do IVA pelos sujeitos passivos cujo imposto suportado, no ano civil anterior, noutro Estado membro ou país terceiro (neste caso em suporte de papel), quando o montante a reembolsar for superior a € 400 e respeitante a um período de três meses consecutivos ou, se período inferior, desde que termine em 31 de Dezembro e o valor não seja inferior a € 50.

SEGURANÇA SOCIAL
Pagamento, até ao dia 15 de Janeiro de 2012, das contribuições relativas às remunerações referentes ao mês de Dezembro de 2011.

IMPOSTO DO SELO
Entrega, até ao dia 20 de Janeiro de 2012, das importâncias retidas no mês de Dezembro de 2011, a título de Imposto.

IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO (IUC)
Liquidação, por transmissão electrónica de dados, e pagamento, até ao dia 31 de Janeiro de 2012, do imposto relativo aos veículos cujo aniversário da matrícula ocorra no presente mês. As pessoas singulares poderão solicitar a liquidação em qualquer Serviço das Finanças.

NOTA: Se o último dia do mês coincidir com um Sábado, Domingo ou dia feriado o pagamento pode ser efectuado até ao 1º dia útil do mês seguinte.

Breves

Conselho Geral do CATIM aprovou Programa de Actividades e Orçamento para 2012

Conforme aqui tinha sido anunciado, realizou-se no passado dia 5 de Dezembro uma reunião do Conselho Geral do CATIM, para discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2012.
A reunião teve lugar na sede do CATIM, no Porto, e foi dirigida pela Mesa do Conselho Geral, presidida por Vicente Germino.
Os documentos foram submetidos à apreciação dos associados, através de intervenções sucessivas do Presidente do Conselho de Administração, Aníbal Campos, e do Director-Geral, Hildebrando Vasconcelos.
Colocados ulteriormente à votação foram os mesmos aprovados por unanimidade dos votos dos associados presentes na reunião.
Foi, uma vez mais, sublinhado, no decurso da reunião, o facto de o CATIM estar a desenvolver um excelente trabalho em prol da indústria metalúrgica e metalomecânica em particular e da economia nacional em geral. Essa circunstância, associada à boa performance que o sector metalúrgico e metalomecânico tem vindo a registar de forma consolidada, permite que o Plano seja ambicioso e o Orçamento, embora realista, moderadamente optimista.

Ficha técnica

PROPRIEDADE AIMMAP:

Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal

Rua dos Plátanos, 197 • 4100-414 PORTO • Tel. 351-226 166 860 • Fax: 351-226 107 473

Director: Aníbal Campos

Subdirector: Rafael Campos Pereira

Coordenação Gráfica: Cristina Veiga

Paginação: Célia César; Flávia Leitão

Periodicidade: Mensal

Propriedade, Edição, Produção e Administração:

AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal, em colaboração com o Jornal **Vida Económica**

Distribuição gratuita aos associados da AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal

Apoios:

Este suplemento não segue, ainda, o novo acordo ortográfico

Mercados

Acordo de comércio livre entre a União Europeia e a Coreia do Sul

O Acordo de Comércio Livre concluído entre a UE e a Coreia do Sul vem estabelecer um tratamento preferencial para as mercadorias originárias das duas partes envolvidas, mediante a apresentação de uma prova do seu carácter originário, a qual, neste caso, é constituída por uma declaração de origem feita pelo exportador na factura ou outro documento comercial.

Neste Acordo, cuja entrada em vigor se prevê para o próximo dia 1 de Julho, a única prova admitida é pois a declaração de origem na factura feita por qualquer exportador se se tratar de remessas de mercadorias originárias cujo valor não exceda 6000 euros, ou por um exportador autorizado, no que diz respeito a remessas de mercadorias originárias de valor superior a esse montante.

Tal significa que os exportadores comunitários que pretendam exportar mercadorias de valor superior a 6000 euros terão sempre que dispor do estatuto de exportador autorizado para efeitos de emissão de provas de origem para poderem beneficiar de preferência na Coreia, uma vez que a emissão de certificados de circulação EUR 1 pelas autoridades aduaneiras não está prevista neste Acordo.

Assim, os exportadores que pretendam efectuar exportações para a Coreia do Sul, ou que tenham a intenção de efectuar, devem, desde já, apresentar na Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo o pedido de autorização para a emissão de declarações de origem na factura – de acordo com o procedimento que se encontra descrito no Manual de Origem das Mercadorias – Parte II – Origem preferencial – páginas 128 a 133 – de forma a que as suas exportações para a Coreia possam beneficiar de preferência a partir da data de entrada em vigor do referido Acordo.

Em caso de dúvidas, deverá ser contactada a Direcção de Serviços de Tributação Aduaneira, daquela Direcção-Geral, através do seguinte endereço: dsta@dgaiec.min-financas.pt

Indústria europeia de máquinas defende melhoria na vigilância do mercado

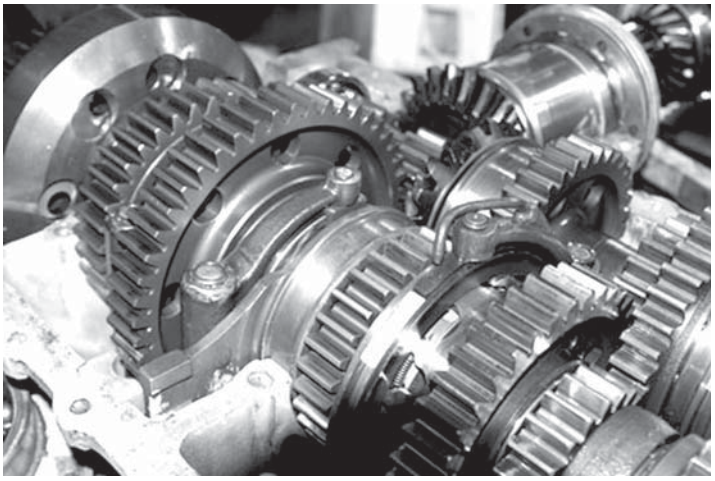
Foi lançada a 24 de Novembro uma plataforma de suporte da indústria (www.machinery-surveillance.eu), por ocasião de uma conferência de um dia, sobre fiscalização do mercado de maquinaria, organizada pela Comissão Europeia. Destinada a autoridades de fiscalização do mercado e operadores de mercado, a plataforma é projectada especificamente para as máquinas e consiste em um banco de dados de recursos, para ter acesso à conformidade dos equipamentos com os requisitos relevantes regulamentares da UE.

A plataforma é uma iniciativa conjunta de 7 associações europeias (CECE, CECIMO, CECIP, CEMA, EUROMAP, FEM e ORGALIME)1* da indústria de maquinaria. Ela reflecte um compromisso da indústria para desempenhar um papel activo na melhoria da vigilância do mercado. A ideia foi incorporada num manifesto, assinado durante a conferência, e que oferece 10 recomendações essenciais para a vigilância eficaz do mercado.

O foco da conferência sobre bens de equipamento evidenciou uma lacuna no mercado interno – muitas vezes citado como completo –, onde frequentemente é sobre os bens de consumo que são dadas notícias. O sistema de vigilância do mercado é visto como predominantemente reactivo, ao invés de preventivo, resultando em um número significativo de não-conformidades de máquinas colocadas no mercado da UE.

Oradores de uma variedade de sectores da maquinaria explicaram como um sistema de vigilância deficiente do mercado tem um impacto negativo na concorrência, protecção ambiental, inovação, emprego e, provavelmente o mais importante, na saúde e segurança dos trabalhadores que utilizam as máquinas – uma área em que a indústria e os sindicatos estão claramente a intervir.

A conferência também constituiu uma oportunidade para pensar em soluções para melhorar a situação. A DG TAXUD mostrou o papel central que as autoridades aduaneiras devem desempenhar, para evitar importações de produtos não conformes. Além disso, exemplos de melhores práticas foram apresentados, tanto na UE como nos seus vizinhos mais próximos (EFTA), alguns com a participação activa da indústria da UE.



A indústria tem repetidamente sublinhado a importância da vigilância do mercado. Embora, legalmente, caiba aos Estados-Membros realizar a vigilância do mercado, de modo a certificar-se de que os produtos no mercado europeu respeitam as nossas regras e regulamentos, a indústria de máquinas está empenhada em trabalhar com as autoridades e prestar assistência, seja na forma de apoio técnico (como previsto pela plataforma) ou, por exemplo, alertando as autoridades sobre a entrada ou circulação de máquinas não conformes no mercado interno. É através do trabalho em conjunto que os Estados-Membros, a UE e a indústria vão conseguir uma vigilância eficaz do mercado e, portanto, um elevado grau de segurança e também condições de concorrência equitativas na UE.

1*
CECE - Committee for the European Construction Equipment (www.cece.eu)
Ralf Wezel – Tel.: +32 2 706 82 16 – ralf.wezel@cece.eu

CECIMO - European Association of Machine Tool Industries (www.cecimo.eu)
Filip Geerts – Tel.: +32 2 502 70 90 – filip.geerts@cecimo.eu

CECIP - European Weighing Industry Association (www.cecip.eu)
Valentina Mauri – Tel.: +32 2 706 82 28 – info@cecip.eu

CEMA - European Agricultural Machinery Association (www.cema-agri.org)
Ivo Hostens – Tel.: +32 2 706 82 27 – ivo.hostens@cema-agri.org

EUROMAP - Europe's Association for Plastics and Rubber Machinery Manufacturers (www.euromap.org)
Claudio Celata – Tel.: +39 02 82283732 - c.celata@assocomaplast.org

FEM - European Materials Handling Federation (www.fem-eur.com)
Olivier Janin – Tel.: +32 2 706 82 37 – olivier.janin@orgalime.org

ORGALIME - European Engineering Industries Association (www.orgalime.org)
Adrian Harris – Tel.: +32 2 706 82 42 – Adrian.harris@orgalime.org

Este suplemento não segue, ainda, o novo acordo ortográfico

Internacionalização

Exportações do sector metalúrgico e metalomecânico cresceram mais de 20% nos três primeiros trimestres de 2011

Ao longo das anteriores edições do "Metal" a AIMMAP tem vindo a divulgar a evolução das exportações e importações portuguesas em 2011, sublinhando a excelente performance do sector metalúrgico e metalomecânico nesse âmbito.

Os resultados mais recentes actualmente disponíveis reportam-se a todo o período de Janeiro a Setembro de 2011, ou seja, os três primeiros trimestres do ano.

Tais resultados apontam para dados e conclusões semelhantes aos anteriores, constatando-se pois estarem verdadeiramente consolidadas, neste sector, as tendências de crescimento significativo das exportações e de decréscimo considerável das importações.

Conforme sucedeu nos anteriores, este estudo considerou a evolução das exportações e das importações nacionais, tendo sido objecto de análise os seguintes âmbitos:

- Sector metalúrgico e metalomecânico;
- Indústria transformadora;
- Total nacional.

Replicando aqui a metodologia e mesmo a forma de exposição dos artigos anteriormente publicados no "Metal" a este mesmo propósito, passa em seguida a explicitar-se os dados mais relevantes. Assim:

Quanto aos números totais das exportações, verifica-se que, entre Janeiro e Setembro de 2011, o sector metalúrgico e metalomecânico português vendeu para o exterior 9.218.000.000,00 (bem mais de 9 mil milhões de euros), o que, comparando com os números do ano anterior, revela um crescimento no período homólogo de 20,2%.

Procedendo-se a análises aos diferentes âmbitos atrás referidos, verifica-se que a evolução foi, uma vez mais, muito positiva para o país em geral e para o sector metalúrgico e metalomecânico em particular. Os números são a esse respeito os seguintes:

- Metalurgia e metalomecânica: crescimento de 20,2%;
- Indústria transformadora: crescimento de 18,6%;
- Total nacional: crescimento de 16,1%.

No que concerne às importações, os números do estudo nesse domínio são os seguintes:

- Metalurgia e metalomecânica: diminuição de 5,0%;
- Indústria transformadora: aumento de 2,3%;
- Total nacional: aumento de 5,1%.

A principal conclusão deste estudo é a de que o sector metalúrgico e metalomecânico mantém um excelente desempenho no comércio externo, sendo aquele que mais continua a contribuir para o equilíbrio da balança comercial (aumento das exportações a ritmo superior à indústria transformadora e ao total das exportações portuguesas). Para além disso, ao contrário da indústria transformadora e do país em geral, está a reduzir as compras ao exterior.

Não pode deixar de recordar-se que o sector metalúrgico e metalomecânico é de longe aquele que mais exporta em Portugal, sendo responsável por quase uma terça parte das exportações nacionais. No ano de 2011, essa importância do sector na economia portuguesa não só se consolida como inclusivamente se acentua.

Assuntos actuais

Grupos de trabalho da Divisão "Indústria Automóvel e seus componentes" em franca actividade

Reuniões de várias especialidades têm sido desenvolvidas pela Divisão 24 – Indústria Automóvel e seus componentes –, com temáticas pedidas pelas empresas e contando com a presença de especialistas, internos ou externos, nas matérias abordadas. As últimas 3 reuniões realizadas foram a 28 de Setembro com o Grupo dos responsáveis pela Higiene, Segurança e Ambiente, sessão de trabalho sobre a Directiva ATEX – contando com a intervenção de Gustavo Cruz, especialista do CATIM; seguiu-se uma outra a 27 de Outubro com o Grupo dos responsáveis dos Recursos Humanos sobre o novo Sistema de Regulação do Acesso a Profissões (SRAP), a qual contou com a intervenção de Vítor Dias, Director do Departamento de Formação do CENFIM e por último a 8 de Novembro de 2011 o Grupo dos responsáveis pelo Ambiente e Energia reuniu sobre o Sistema de Certificação Energética (SCE) e Qualidade do Ar Interior (QAI), contando com a intervenção de Ana Margarida Nunes Pinto, da ADENE.

As reuniões têm sido marcadas pela excelência das intervenções e pela enorme qualidade resultante do facto de se colocar os técnicos das empresas em contacto uns com os outros na presença de especialistas em cada um dos assuntos abordados.

Greve geral não teve adesão no sector metalúrgico e metalomecânico

Conforme é do domínio público, teve lugar no passado dia 24 de Novembro uma greve geral no país, convocada pelos sindicatos da CGTP e da UGT bem como por alguns sindicatos independentes.

A exemplo do que tem ocorrido em paralisações anteriores – sejam gerais, sejam especificamente convocadas para o sector metalúrgico e metalomecânico -, esta greve geral revelou-se um profundo fracasso no universo dos trabalhadores das empresas deste sector.

Tal como tem diligenciado noutras greves levadas a efeito ao longo dos anos mais recentes, logo no dia em que a mesma se realizou, a AIMMAP procurou avaliar o grau de adesão e o impacto concreto da paralisação.

Nesse sentido, auscultou as empresas associadas, tendo recolhido um conjunto de respostas muito significativo, o qual constituiu uma amostragem extremamente credível.

Analisadas as respostas, verificou-se que o grau de adesão à greve nas empresas filiadas na AIMMAP foi uma vez mais inferior a 1%, tendo a paralisação passado praticamente despercebida neste tão importante sector.

E regista-se ainda que os números da greve foram inflacionados por causa da greve no sector dos transportes. Com efeito, houve um número importante de grevistas forçados, os quais apenas se sentiram obrigados a fazer greve em virtude de não terem meios de transporte disponíveis.

Analisadas as respostas, verificou-se que o grau de adesão à greve nas empresas filiadas na AIMMAP foi uma vez mais inferior a 1%, tendo a paralisação passado praticamente despercebida neste tão importante sector.

Não pode deixar de referir-se que este fracasso está seguramente associado ao facto de os trabalhadores ao serviço das empresas metalúrgicas e metalomecânicas nacionais estarem conscientes do esforço que estas têm desenvolvido no sentido de manterem os seus postos de trabalho e de continuarem a proporcionar boas condições de trabalho aos seus colaboradores. Pelo que, naturalmente, a generalidade dos trabalhadores deste sector nem sequer compreendeu que se fizesse greve num momento em que, mais do que nunca, é necessário trabalhar e criar riqueza para o país.